

Domingo, 05 de Abril de 2026

Trump deve usar Lei Magnitsky contra ministros do STF na semana que vem

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, avalia impor novas sanções contra autoridades do governo brasileiro, em especial aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), conforme apurou o analista de Internacional da CNN Lourival Sant'Anna.

A escala acontece em meio à ameaça de tarifas de 50% aos produtos brasileiros a partir de 1º de agosto.

A expectativa é de que Trump utilize a **Lei Magnitsky** para impor restrições contra juízes da Suprema Corte que votaram a favor das [punições ao ex-presidente Jair Bolsonaro \(PL\)](#) no processo que apura tentativa de golpe de Estado.

As punições incluem o congelamento de eventuais bens nos Estados Unidos e sanções secundárias, que afetariam instituições e empresas que mantêm negócios com os magistrados.

As restrições podem se estender a serviços bancários e outras operações envolvendo empresas que possuem vínculos comerciais com os Estados Unidos, criando um efeito cascata nas relações financeiras dos alvos das sanções.

Em um cenário de médio prazo, [as medidas podem se agravar com o possível descredenciamento da embaixadora Maria Luiza Viotti Ribeiro em Washington, o que representaria na prática sua expulsão dos Estados Unidos.](#)

A motivação das retaliações é política, não comercial. O plano, que já está nas mãos do secretário de Estado americano, segundo fontes ouvidas pela CNN, prevê uma escalada em fases, considerando as prováveis reações do governo brasileiro.

As novas sanções devem atingir inicialmente o [alto escalão do Palácio do Planalto](#), com a suspensão de vistos para entrada nos Estados Unidos. A medida, no entanto, não deve afetar diretamente o presidente Lula nem a primeira-dama, Janja.

O que é a Lei Magnitsky?

A medida, [prevista na legislação americana](#), permite que os EUA imponham sanções econômicas a acusados de corrupção ou graves violações de direitos humanos.

A lei foi aprovada durante o governo de Barack Obama, em 2012, e prevê sanções como o bloqueio de contas bancárias e de bens em solo norte-americano, além da proibição de entrada no país. Para que a medida seja utilizada, o presidente dos EUA deverá apresentar provas de infrações ao Congresso americano, o que pode incluir notificações extrajudiciais e provas de violação dos direitos humanos.

A lei prevê aplicação para agentes que reprimem denúncias de corrupção, limitam liberdades fundamentais e atuam contra eleições democráticas.

Além dessa medida, Trump também considera impor restrições a empresas e instituições que fazem negócios com esses ministros.

Alinhamento das Américas

Essa ação faz parte de um plano extenso, que está nas mãos do Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e servirá de [exemplo para a América Latina](#), conforme analisa Lourival.

O líder republicano planeja, de acordo com Lourival impor um alinhamento ideológico e geopolítico das Américas. Desta forma, a medida em última instância seria o descredenciamento da embaixadora brasileira em Washington, levando ao rompimento da relação entre Brasil e Estados Unidos.

CNN brasil